

**A Extensão Universitária Como Instrumento de Garantia da Cidadania.
Um Estudo de Caso na Favela de Rio das Pedras.**

**The University Extension How to Guarantee Instrument for Citizenship. A
Case Study in slun of Rio das Pedras.**

Antonio Renato Cardoso da Cunha

Doutorando em Direito pela UGF/RJ e Mestre em Direito pela UCAM/RJ

Irineu Carvalho de Oliveira Soares

Mestrando em Sociologia e Direito pela UFF/RJ

Resumo

Para muitos brasileiros morar em uma favela é a solução para o problema da falta de moradia nas grandes cidades. A questão é agravada pelas péssimas condições de saneamento básico e outros serviços públicos essenciais disponíveis nestas regiões. A omissão total do poder público, certamente causa para a população mais carente o cerceamento de direitos e do exercício pleno da cidadania. Essas limitações geram a necessidade da população criar arranjos próprios para acesso as suas moradias, ainda que não sejam aceitas pelo sistema jurídico. A pesquisa busca mostrar que motivado pela ausência do Poder Público, arranjos alternativos são criados pela população com a finalidade de garantir um exercício pleno da cidadania e dos direitos sociais.

Palavra Chave: Favela; Projeto Extensão; Cidadania

Abstract

For many Brazilians living in a slum is the solution to the problem of homelessness in major cities. The issue is compounded by the poor condition of sanitation and other essential public services available in these regions. The total omission of government, certainly cause for the poorest people the restriction of rights and full citizenship. These limitations create the need of the population to create his own arrangements for access in their homes, although they are not accepted by the legal system. The research seeks to show that motivated by the absence of government, alternative arrangements are created by people in order to ensure the full exercise of citizenship and social rights.

Keyword: Slum; Extension Project; Citizenship

Introdução

A extensão, o ensino e a pesquisa, formam os três pilares de sustentação universitária. Neste sentido, foi criado em 2007, na Favela de Rio das Pedras no Rio de Janeiro, o Núcleo de Pesquisa e Cidadania do Centro Universitário da Cidade, que visa atender aos moradores desta região carente da nossa cidade. Ao longo desses anos, o núcleo já realizou mais de 1.700 atendimentos na comunidade, tendo destaque as atividades de mediação, orientação jurídica e atualmente a identificação de logradouros. Por meio dos atendimentos realizados a população, identificamos que ao solicitarmos para os moradores a apresentação de um comprovante de residência, o principal instrumento utilizado é uma declaração da associação dos moradores. Esse fenômeno despertou um interesse em buscar os fatos causadores do problema e alguns questionamentos foram levantados: Existe um exercício pleno do direito de moradia na favela? A vida na favela produz o exercício de uma cidadania igualitária e inclusiva? A falta de endereço pode causar cerceamento de direitos individuais? Essas respostas serão apresentadas nas linhas abaixo.

Desenvolvimento

Segundo os dados revelados pelo censo do IBGE, realizado em 2010 com referência aos aglomerados subnormais, a favela de Rio das Pedras ocupa o segundo lugar no Rio de Janeiro em matéria populacional, chegando ao número médio de 80 mil moradores. Localizada entre os bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, a favela guarda o estigma de localidade não violenta, tendo em vista registrar o primeiro relato de milícia no Brasil.

Interessante é observar que a mesma região que comporta tamanha população possui proporcionalmente obstáculos ao pleno direito de moradias e cidadania. As limitações vividas pela população produziram a necessidade de desenvolvimento de arranjos próprios que viabilizam o acesso as suas moradias. É um viver que possibilita o convívio com suas famílias nas favelas.

As favelas significam para os seus moradores a possibilidade de desfrutar de um teto, muito embora os favelados sejam encarados como problemas para as cidades. Historicamente, o fim da escravidão somada à ausência de políticas públicas foram os principais elementos formadores destes aglomerados.

Analisando a evolução da ocupação irregular, percebe-se que desde os “mocambos”, que serviam de habitação para os escravos até depois da abolição da escravatura o problema da moradia dos segmentos da população vulnerável persiste até os nossos dias.

A pesquisa demonstrará que foi descartado o abrigo dos segmentos sociais menos favorecidos mesmo quando da implantação dos primeiros projetos de urbanização da Cidade do Rio de Janeiro. A exclusão, entretanto, veio acompanhada de outras violações a formação de uma cidadania inclusiva, que possibilitasse desfrutar de direitos sociais como os previstos no artigo 6º da Constituição Federal, embora o texto constitucional tenha estabelecido como direito igualitário para todos os brasileiros. Neste rol de precariedades, percebemos que a falta de um endereço legal causa no morador constrangimento quando tratamos do assunto.

Começamos a imaginar como esses indivíduos seriam atendidos pelos órgãos de segurança pública no caso de um incêndio ou no atendimento pelo SAMU. Sabemos que nestes serviços qualquer minuto desperdiçado pode significar perda de vidas e como esses indivíduos fazem para indicar sua direção em caso de urgência?

A falta de endereço resulta na dificuldade para obtenção de emprego, abertura de uma conta bancária, obtenção de crédito, recebimento de correspondências, acesso à justiça, ao exercício do direito de propriedade etc. Ou seja, o morar na favela gera um modo de vida excludente de uma cidadania igualitária e inclusiva.

Imbuídos desse sentimento de resgate dos valores básicos da população, o Núcleo de Pesquisa desenvolveu mecanismos próprios para identificação de logradouros por toda a favela. Divididos em grupos de três pessoas, distribuímos fotos aéreas disponíveis no *google maps* e por meio de verificação local estamos produzindo um mapa real de todos os logradouros da favela. Ao compararmos as imagens produzidas por satélites e a visita *in loco*, percebemos que trajetos de ruas foram alterados, novas construções irregulares surgiram e o fenômeno da verticalização das favelas torna-se claro.

O fenômeno da verticalização de favelas produz um mercado intenso de locações, e de compra e venda de imóveis na região, ocorrendo assim geração de novos espaços aglomeradores de pessoas. Esse ciclo vicioso resulta na falta de um endereço legal e conseqüentemente o indivíduo têm a necessidade de criar arranjos jurídicos não estatais para habitação, dissolução de seus conflitos e exercício de direitos individuais.

Através da identificação de logradouros pretendemos criar um reconhecimento oficial de endereços para os habitantes desta região e oficializar junto ao Estado essas residências marginais.

Conclusão

A pesquisa primeiramente explorou as dificuldades vividas pelo não reconhecimento oficial de moradias na favela e conseqüentemente as exclusões sociais, econômicas e jurídicas produzidas pela situação.

A segunda etapa do projeto consiste em um mapeamento completo da favela, visando produzir mecanismos de regularização fundiária e a legalização das moradias ilegais. Pretendemos no final das pesquisas de campo gerar uma amostragem estratificada das diferentes zonas da favela, níveis de renda, consumo de bens e utilização de serviços.

A terceira etapa consistirá na busca por interfaces com o poder público, através do compartilhamento dos dados, de modo a produzir o reconhecimento oficial destes logradouros. Os efeitos corretivos destes dados nas bases governamentais auxilia a inclusão social dos indivíduos, garantindo acesso aos direitos sociais e para o desfrute de uma cidadania igualitária, tal como é promovida nos estados democráticos.

Referências Bibliográficas

BURGOS, Marcelo Baumann (org.). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. 2ª edição. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A cidadania no Brasil. O longo caminho*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CORRÊA, Cláudia Franco. *Controvérsias: entre o "direito de moradia" em favelas e direito de propriedade imobiliária na cidade do Rio de Janeiro: o "direito de laje" em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.